

BAIXADA FLUMINENSE: RECONFIGURAÇÃO DA VIOLÊNCIA E IMPACTOS SOBRE A EDUCAÇÃO

José Cláudio Souza Alves¹

Resumo

Este artigo reflete sobre as mudanças atuais da manifestação da violência no âmbito da Baixada Fluminense, a partir de uma abordagem na qual a violência é compreendida nas suas relações com os grupos dominantes na economia, na política, na cultura e no espaço. A partir desta análise é feita uma reflexão sobre o papel da educação frente a estas mudanças, aprofundando-se a discussão sobre as dimensões da escola nos aspectos internos e externos do seu fazer-se.

Palavras-chave: Baixada Fluminense, violência, poder político, educação.

Abstract

This article reflects on the current changes of the manifestation of violence in the Baixada Fluminense, from an approach in which violence is understood in its relations with the dominant groups in the economy, politics, culture and space. From this analysis is a reflection on the role of education forward to these changes, deepening the discussion about school on the internal and external aspects of your make of.

Key-words: Baixada Fluminense, violence, political power, education.

¹ Professor Dr. do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Violência na Baixada Fluminense, diretório CAPES – UFRRJ, jclaudioalves9@gmail.com.

Introdução

Apenas a violência pode servir onde reina a violência, e apenas os homens podem servir onde existem homens (BERTOLT BRECHT)

A reconfiguração da violência na Baixada Fluminense é vista aqui enquanto processo histórico e espacial que, por mais que seja particular e local, expressa possibilidades mais amplas e gerais da reconfiguração da violência na sociedade brasileira. Estas modificações lançam questões ao conjunto das ciências humanas, com destaque para a área da educação.

Não é novo o problema da violência no sistema de educação. Desde as questões mais pontuais, restritas ao interior da sala e da escola, entre professores, profissionais da educação, alunos, pais e comunidade até as dimensões mais amplas, no contato entre a escola e os grupos que dominam as localidades em que estão situadas, notadamente traficantes, milicianos, políticos e agentes do Estado, a violência vem se fazendo presente, de forma crescente, nas relações entre grupos e indivíduos. Ao longo do tempo, houve pouca discussão e aproximação entre os membros da escola e o tema da violência. No caso do estado do Rio de Janeiro, vítimas das políticas educacionais que os transformam em executores, cumpridores e reprodutores de metas, esses educadores e profissionais ao se depararem com as manifestações da violência recorreram, na maioria das vezes, à defesa de seus direitos e dignidades a partir da estrutura sindical, restrita ao âmbito da própria instituição e de seus membros formais. A implantação de uma política de segurança restrita à presença de um agente policial na instituição acabou por reforçar este isolamento e desconhecimento quanto à questão, além de jogá-la para a solução mais precária e geradora de mais desinformação e violência. O sindicato, importante espaço de organização dos professores, determinante na

sobrevivência frente ao desmoronamento dos direitos, da autonomia e das condições de trabalho do professor, envolvido com as grandes demandas desta conjuntura, terminou esmagado pelo peso de tantas tarefas, desabilitando-se para uma intervenção mais adequada quanto ao ponto aqui abordado.

O desconhecimento das dimensões mais amplas e profundas envolvidas no tema da violência encontra-se na raiz das ações equivocadas, reforçadoras da própria violência que se procura superar. Frequentemente, este desconhecimento, aliado ao preconceito, termina por alimentar a manutenção de estruturas de poder calcadas na relação política entre diretores e aqueles que os mantêm em seus cargos: vereadores, prefeitos, secretários e governadores. O circuito político de manutenção de cargos, votos e representação política incide diretamente sobre a forma como as questões relativas à violência são tratadas, explicitadas, analisadas, estudadas e compreendidas. A ignorância interna à escola se une aos interesses políticos, presentes na relação entre a estrutura de poder interna e externa à escola formando a base de todos os equívocos e impossibilidades, que desaguam, inevitavelmente, no ceticismo e cinismo que conglomera, cada vez mais, entre os envolvidos com a educação. Muitas pautas de movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos e grupos organizados insistem nas consagradas formas de intervenção que apostam nas audiências, reuniões, mesas e seminários com as autoridades responsáveis pela área de segurança. Nestes encontros, a vertigem dos altos índices da violência só é proporcional à vertigem frente ao cinismo das mesmas autoridades quando citam metas cumpridas, redução da violência e equívocos associados à sensação de violência que não se comprova pelos índices. Frente ao dogmatismo dos dados estatísticos, baseados nos registros de ocorrência da polícia, qualquer crítica quanto à não conformidade dos dados com a realidade termina no discurso que culpa os que não fazem o registro, quase que definidos como cúmplices dos crimes. Reféns dos índices oficiais e do discurso auto protetor de secretários, comandantes, delegados e agentes de segurança

do Estado, os que buscam uma solução para o problema acabam por encontrar o desânimo e a ausência de saídas.

A proposta deste artigo é aprofundar a reflexão sobre as dimensões da questão da violência em uma região específica, no caso, a Baixada Fluminense e, a partir daí, pensar o caminho para se abordar o problema, nas diferentes formas em que ele se apresenta pela aproximação com os que vivem esta dimensão no seu dia a dia. O panorama da violência aqui apresentado implica na construção de formas teóricas e metodológicas mais detalhadas e adequadas. O último capítulo se deterá sobre este aspecto.

Baixada e violência

Dez anos após a Chacina da Baixada², doze anos após o lançamento do livro: *Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense* (Alves, 2003) a violência na Baixada Fluminense – RJ vem tornando-se cada vez mais intensa, mais profunda e complexa. Os treze municípios que a compõem³ conheceram, cada um a seu modo, uma reconfiguração das formas de violência, diretamente associada à reorganização do crime.

A violência, aqui, é tratada enquanto estrutura articulada de práticas, relacionada diretamente à organização de grupos, visando a maximização de

² Na noite do dia 31 de março de 2005, em menos de duas horas, policiais militares assassinaram 29 pessoas, nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense. Deslocando-se de automóvel, os assassinos foram executando pessoas a esmo, pelas ruas em que iam passando. Dos 11 policiais denunciados, 4 foram condenados. As vítimas eram adolescentes e adultos, homens e mulheres, estudantes, travestis, comerciante, biscateiro, padeiro, funcionário público, pessoas que estavam andando de bicicleta, reunidos em um bar, parados em frente ao portão de casa ou em pontos de ônibus, nas ruas. A maior chacina da história do estado do Rio de Janeiro teve repercussão nacional e internacional. Sua motivação teria sido o descontentamento dos policiais com Paulo César Lopes, na época comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar, da cidade de Duque de Caxias, também na Baixada Fluminense, que havia prendido 60 policiais por desvio de conduta.

³ Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Queimados, Japeri, Paracambi, Seropédica, Itaguaí, Magé e Guapimirim.

ganhos econômicos, políticos, sociais e culturais mediante a imposição de sua vontade sobre os demais, recorrendo, em última instância, à agressão e à própria eliminação de quem se contrapõe aos seus interesses. Por mais que a imputação do ato violento, juridicamente, seja individual, sua operacionalidade se insere numa rede de ações, em escala coletiva, de amplitude e diversidade que atravessa os indivíduos e se ancora no social.

O que poderia ser identificado como uma sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2004), geradora de ações imediatas de indivíduos, não baseadas nos consensos e acordos, mas na manifestação livre de pulsões, sem qualquer instância mediadora é aqui concebido enquanto ação e reação, por parte de indivíduos, imersas em processos coletivos constitutivos de ganho, poder, identidade, controle e perpetuação no tempo e no espaço. A subjetividade é assumida enquanto esfera decisória permeada pelas dimensões sócio-econômico-político-culturais geradoras de valores, credenciais e significados realizados no mercado, na esfera política, no controle espacial e na reprodução dos grupos que se movimentam neste circuito.

As dimensões legais e ilegais das ações destes grupos ora tem suas fronteiras acentuadas, ora têm seus limites enfraquecidos, formando um contínuo de esquemas e atividades. Os nós de interseção dos esquemas e atividades, entre si, nas faces legais e ilegais, e no contato estabelecido entre os diferentes grupos, configuram uma rede, que vai se modelando de acordo com as conjunturas de disputa interna à própria rede e de conflito com as esferas sócio-econômico-político-culturais hegemônicas.

A livre manifestação de pulsões pode acontecer, mas ela sempre estará inserida nesta rede e, inevitavelmente, acarretará consequências para aqueles que assim procederem. O que inicialmente pode ser interpretado como crueldade hedionda e absurda poderá ser absolvido enquanto manifestação de poder e coragem ou, pelo contrário, ser tratado como expressão baixa, vil e imperdoável acarretando reações contrárias. As disputas entre diferentes

grupos criminosos, entre facções rivais e a disputa interna a cada um deles forma um campo de medição de força no qual a interpretação de cada gesto e as consequências decorrentes deles depende da posição em que cada indivíduo se encontra, dentro do seu grupo e com relação a outros grupos. Só se sabe o rumo que determinadas ações podem gerar a partir da compreensão do lugar daquele que age na estrutura, suas relações com os demais da rede e com os que compõem as demais redes necessárias à operação dos esquemas de ganho.

A subjetividade motivadora de uma ação violenta, por mais imprevisível que pareça aos que a percebem, se insere numa racionalidade própria das estruturas e esquemas de ganho econômico, político, social e cultural. E, mesmo que esta ação ocorra em última instância motivada pela pura pulsão, não reconhecadora de qualquer acordo ou negociação, ela estará, inevitavelmente, presa à lógica de operação do sistema à qual se encontra inserida. A *sociabilidade violenta* não justificaria, portanto, a apreensão do seu autor como o outro, absolutamente distinto do normal e legal e, portanto, no limite, eliminável, já que age sem qualquer parâmetro social que o vincule à sociabilidade na qual os demais estão inseridos. A sociabilidade violenta, aqui, ganha dimensões societárias mais amplas. Surge como justificativa predominante para a imposição da força visando a maximização de ganhos e como expressão mais acabada da radicalização do ganho pela eliminação de qualquer obstáculo, sempre diante de conjunturas, tempos e espaços que se modificam. Não reconhece fronteiras entre instituições, entre o legal e o ilegal, entre grupos sociais e, ao mesmo tempo, trabalha permanentemente com estas fronteiras, as reconfigurando, valendo-se delas, moldando-se a elas para depois, modificá-las, sempre a partir da obtenção dos referidos ganhos. Pequenos, médios e grandes esquemas de poder sócio-econômico-político-culturais acumulam, subdividem-se, reformulam-se, aliam-se, rompem-se, entram em conflito, desaparecem ou perpetuam-se ao longo do tempo e espaço. A violência emerge, desta forma, como um mediador dentro de redes inteiras voltadas para o crime, ilegalidades, esquemas de ganho, golpes,

mercados ilícitos, jogos, contravenções, acoplados às estruturas oficiais do sistema judiciário, dos aparatos policiais, do sistema penitenciário, de associações de moradores, igrejas, birosacas e botequins. Assim funcionam bocas de fumo, tráfico de drogas, tráfico de armas, roubos, venda e receptação de produtos roubados, sequestros, e uma lista de esquemas em permanente expansão criativa.

Prioritariamente identificados pelas políticas de segurança e pelas respostas político-midiáticas enquanto operadores do sistema criminoso, os mais pobres assumem, ao final, a face tanto do réu como da vítima, totalizando em si mesmos a reificação da execução sumária, praticada diretamente pelos aparelhos de execução sumária do Estado ou, indiretamente, pela entrega de amplos estratos pobres à ganância irrefreável dos ganhos via esquemas criminosos, ilegais e ilícitos e suas interações com o legal, normal e institucional. O assassinato de milhares de pessoas emerge, assim, como tributo final à justificativa moral de uma sociedade ainda marcada pela herança da militarização que a tortura, violenta, assassina e pacifica.

Dos grupos de extermínio ao tráfico de drogas

Na Baixada Fluminense, a fim de concretizar as considerações anteriores, temos a evolução viva e complexa da violência associada ao crime. Quando da época de publicação de *Dos Barões ao Extermínio*, havia uma estrutura da violência hegemônica pelos grupos de extermínio, na qual a chacina de 31 de março de 2005 aparece como expressão inequívoca. Gestada no início da ditadura civil-militar de 1964, este modelo vem funcionando a partir da articulação de três elementos: 1) o aparato policial que compõe os grupos e que assassina; 2) o financiamento por grupos econômicos; e 3) o suporte de políticos que garantem o funcionamento do grupo e se valem dos seus serviços. O desgaste deste projeto, no final do período ditatorial, ensejou a

introdução do elemento civil na operacionalização das execuções, no início dos anos 1980. Trajetórias bem sucedidas de assassinos proporcionaram projetos políticos igualmente bem sucedidos. A Baixada assistiu à chegada dos matadores ao poder na justificativa totalitária do *bandido bom é bandido morto*. A deterioração da segurança pavimentava o sucesso eleitoral dos que a partir do voto lavavam sua cidadania nas urnas e consagravam-se como personalidades políticas, numa repetição da história de Tenório Cavalcanti⁴, ao mesmo tempo como farsa e como tragédia. Farsa, porque Tenório jamais foi palatável à ditadura, que o caçou como deputado. Ele construiu sua trajetória de forma individual, com grupos de jagunços, sem jamais participar de uma estrutura institucional similar àquela dos grupos de extermínio e sua penetração nas entranhas do Estado. Tragédia, por precipitar a massa em outro projeto de poder calcado na mistificação da violência enquanto justiça e no fortalecimento da execução sumária dos mais pobres. Quem quiser saber dos nomes de alguns destes matadores, que chegaram ao poder, leiam *Dos Barões ao Extermínio*. Os nomes não são aqui citados pelo risco crescente, numa conjuntura na qual alguns deles decaem politicamente e tornam-se mais susceptíveis às críticas e denúncias.

A força dos grupos de extermínio, consolidados desde a ditadura civil-militar, em meados dos anos 1960 não significava, porém, a inexistência de outras formas organizadas do crime na Baixada. Tráfico de drogas e de armas, roubo de carro, de cargas, de residências e de comércio, jogo do bicho, exploração de máquinas caça níqueis, receptação e venda de material roubado, sequestros, golpes e demais esquemas criminosos, ilegais e ilícitos já existiam. Mas, entre elas, os grupos de extermínio eram proeminentes, exercendo uma influência mais acentuada. A motivação do assassinato de 29 pessoas na Chacina da Baixada está relacionada à contraposição dos policiais assassinos ao comandante do 15º Batalhão da PM, que havia prendido policiais por desvio

⁴ Político que realizou sua trajetória em Duque de Caxias, dos anos 1930 até 1964. Para mais informações ver Beloch 1986 e Grynszpan 1990.

de conduta, ameaçando o funcionamento dos esquemas de ganho interligados e organizados pelos grupos de extermínio aos quais pertenciam.

Iniciou-se, após a Chacina da Baixada, uma redução dos homicídios, mesmo que os índices estivessem ainda muito elevados. Inicialmente ela foi sentida nos dois municípios onde a chacina havia ocorrido: Queimados e Nova Iguaçu e, posteriormente, na Baixada, como um todo. Esta lenta redução de mortes ocorreu até 2012, quando os homicídios passaram a crescer, rapidamente. A Chacina da Chatuba, na qual 6 jovens foram assassinados no dia 8 de setembro desse ano, expressa a mudança do padrão da violência e da organização do crime na região. Os jovens que haviam saído de Nilópolis e estavam se divertindo no Parque do Gericinó, de propriedade do exército, em Mesquita, foram mortos por traficantes, que tiveram como motivação o fato deles estarem escutando músicas associadas à facção criminosa rival. Abaixo, um quadro comparativo entre Baixada e Capital, relativo aos índices de homicídios permitem uma visão mais precisa.

Tabela 1 - Número de homicídios por 100 mil habitantes na Baixada Fluminense e na Capital, de 2005 a 2014

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CAPITAL	39,4802	40,2173	38,3361	33,5981	34,8327	25,7576	22,2940	19,6704	20,5912	19,1673
L	7	7	1	9	3	8	7	7	3	5
BAIXADA		48,9637		47,3816	46,5304		39,0372	37,3824	46,5257	52,6366
A	52,5173	1	48,1875	7	4	40,0627	8	3	8	4

Fontes: Instituto de Segurança Pública – ISP (nº de homicídios) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (estimativa populacional)

Quando o Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, na audiência do Fórum Grita Baixada⁵ disse, em novembro de 2012, que não se podia provar, pelos índices, que os traficantes da cidade do Rio de Janeiro estavam migrando para a Baixada, em decorrência da implantação das

⁵ O Fórum Grita Baixada foi criado em 2012 a partir da mobilização de várias entidades da sociedade civil, com destaque para a atuação da Diocese de Nova Iguaçu e do seu Centro de Direitos Humanos.

Unidades de Polícia Pacificadoras – UPPs, ele estava certo, mais pelo que não disse do que pelo que disse. As migrações, notadas pela presença de traficantes fortemente armados, controle de áreas por obstrução de vias e monitoramento de fluxo de pessoas e veículos por abordagem expressam apenas uma das dimensões do que ocorria. Na realidade, o tráfico de droga se transformou. Um quilo de cocaína pura, ou mais ou menos pura, custa hoje 6 mil reais. Colocando-se fermento para bolo ou talco e vendida no varejo, estes 6 mil transformam-se em 42 mil. Uma cápsula de cocaína comprada em favelas no Rio custa 20 reais. Ela é vendida na Baixada por 50 reais. Na operação, 20 reais (40%) vão para o vendedor no Rio, 20 reais (40%) para o dono do tráfico naquele local da Baixada e 10 reais (20%) ficam com o vendedor. Até 2012, inúmeras áreas da Baixada conheciam o tráfico de drogas, mas era pouco organizado, controlado por jovens viciados ou não, que ostentavam sua grana em meio a festas e espaços sociais. Se eles quebravam e não pagavam a droga renegociavam, aliavam-se a grupos rivais, sumiam e davam um tempo. A questão é que isto foi mudando. As facções criminosas passaram a entender a Baixada como *zona de reestruturação produtiva*. Ela serve para abrigar os desabrigados pelas UPPs, manter o trabalhador do tráfico no esquema, mesmo que ganhando menos, mas não é só isto, estimula a introdução de drogas mais baratas, como o crack, em grupos sociais diferentes da clientela da Zona Sul. Torna-se, também, laboratório para reduzir os custos da operação da droga. O *radinho* (informante que passa mensagens por rádio) no Rio, a 1.200 reais por semana passa a ganhar, na Baixada, 600 ou 400 reais. Porém, a mudança mais significativa, nesta reengenharia, é a necessidade de se delimitar as novas áreas de controle. Os donos destas áreas e suas facções passam a não deixar dúvida quanto ao que acontece com quem não paga, dá vacilo ou trai: a morte.

Milícia e o Museu Morto do São Bento

Entre os anos que separam as duas chacinas não foi só o tráfico que mudou. Várias transformações ocorreram na organização do crime, na expressão da violência, no comprometimento do Estado e na participação do capital. O surgimento das milícias corresponde a uma espécie de superação do modelo produtivo anterior, dentro da economia política do crime. A convivência do aparato policial com a estrutura do tráfico de drogas e suas redes correlatas [tráfico de armas, roubos, sequestros, jogo do bicho e demais esquemas] permitiu aos agentes do Estado, que lidavam com a segurança pública, eliminar seus intermediários e assumirem, de frente, o novo empreendimento. Enquanto o tradicional tráfico de drogas ficava preso à logística da venda de drogas e guerras por manutenção das áreas de comércio, a milícia passa a enxergar o lugar e a sociedade como um amplo mercado, ilimitado na exploração de serviços. Independentemente das milícias, policiais civis e militares mantiveram o filão de enriquecimento via arrego, extorsão, sequestro de chefes e de drogas, tortura e pedágios. O jovem é morto não só porque não pagou a droga, não prestou conta da venda ou foi surpreendido pela facção rival. Sua execução é o componente básico das negociações de preço entre polícia e traficantes, na composição do capital variável do crime. Quanto mais negra a pele, mais bárbaro o motivo, mais esquartejado o corpo, mais alta ficam as apostas na bolsa de valores do comércio de drogas e seus correlatos: tráfico de armas, roubos de carro, de comércio e de casas e demais estratégias para se obter grana.

O bairro do São Bento, em Duque de Caxias, é um importante exemplo. Uma Área de Proteção Ambiental – APA, o Morro do Céu, passa a ser desmontada por milicianos, que vendem o barro dela extraído para que a população aterre Área de Preservação Permanente – APP, a formada pela imensa área de pântano, em frente à Refinaria Duque de Caxias – Reduc, nas margens da Rodovia Washington Luís, entre os rios Iguaçu e Sarapuí, onde os milicianos vendem lotes por 13 mil reais, todos com Registro Geral de Imóveis – RGI. Isto mesmo, documentação legal. Além da venda de terrenos, numa área que pertence à União e que é de responsabilidade do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a milícia opera os demais negócios ilegais de costume, como o gatonet [acesso clandestino à internet e à TV a cabo], o transporte clandestino de pessoas, a distribuição de água, a venda de gás e a venda de votos. Denúncias junto à Secretaria de Meio Ambiente da cidade resultaram em declarações de impotência para intervir no problema. Ações do Ministério Público apenas inflamaram mais ainda os ânimos dos milicianos, que incendeiam a vegetação com o intuito de favorecer a ocupação. Um determinado prefeito, lindo e de partido governista, foi, inclusive, flagrado participando em festa no bairro, organizada pelos milicianos, regada a acordos de compra de voto. Líderes milicianos declaram, sem pudor, o apoio que dão, em campanhas eleitorais, a deputados estaduais que ocupam altos postos na ALERJ. Por sua vez, o tráfico de droga disputa, palmo a palmo, o bairro com a milícia, enquanto esta se defende frente às outras milícias, que desejam ocupar tão valioso local. A cada morte, a cada confronto, remonta-se o tabuleiro de ocupação do território.

Em meio a esta disputa, o Museu Vivo do São Bento resiste. Conduzido por professores da rede pública, a partir de uma conquista obtida pelo Sindicato dos Profissionais da Educação – SEPE, em uma greve municipal, junto à Prefeitura de Duque de Caxias, o projeto corresponde a um museu de percurso. Professores, pesquisadores, estudantes e visitantes realizam um trajeto dentro do bairro São Bento, que vai dos sambaquis, com esqueletos e fósseis pré-históricos, passa pela fazenda colonial dos beneditinos, a Fazenda do São Bento, atravessa o Núcleo Colonial São Bento, implantada na era Vargas enquanto projeto agrícola e chega às ocupações urbanas dos anos 1980 e 1990, que concentram a maioria dos habitantes do bairro. O museu, esta aula viva a céu aberto, desqualificado pela própria Prefeitura de Duque de Caxias, que não destina recursos suficientes e não reconhece o trabalho dos professores, busca, junto a grupos de mulheres locais estimular a produção de artesanato e de materiais didáticos sobre a história do bairro. Tudo indica, porém, que os representantes do Estado, do capital criminoso-legal-ilegal e os grupos políticos têm um projeto mais lucrativo: o Museu Morto do São Bento.

Com ele, geram inúmeros assassinatos, num percurso entre o lote e o trabalho, atravessando Áreas de Proteção Ambientais desprotegidas e serviços urbanos monopolizados pela violência, chegando, finalmente, à festa de milicianos e candidatos, na democrática celebração da compra do voto.

O caso do São Bento, em Duque de Caxias, revela não somente a reconfiguração do crime, a partir da ação das milícias, mas também as formas de resistência e organização de grupos que propõem projetos que não se alinham à hegemonia da violência. Óbvio que a disputa entre a milícia e o Museu Vivo do São Bento é desigual. As ações do museu são pequenas, frágeis, expondo seus membros aos conflitos, ameaças e retaliações. Cada atividade cultural, cada movimento dentro do bairro corresponde a uma disputa, com tensões e imprevisibilidade. Alianças inusitadas podem surgir, como a que une a BRASRIO aos milicianos. A empresa vem aterrando a área de pântano para a construção de 12 galpões, em frente à Refinaria Duque de Caxias – REDUC, a milícia, como já mencionado, vende terrenos e barro para que as pessoas aterrem esta APP e construam suas casas, ambas atuando numa área contínua. O problema é que a empresa, que alega ter comprado esta propriedade por 4 milhões de uma proprietária que possuía Registro Geral de Imóveis – RGI, isto é, RGI em uma área da União, algo ilegal, está fazendo um aterro de 3 metros de altura e empurrando cobras e jacarés, animais que habitam o lugar, para dentro das casas das pessoas que, incapazes de aterrarem seus terrenos na mesma altura que a empresa, passam a ser atingidas por inundações e enchentes. Se esta área é da União, pois foi estabelecida enquanto área de escape, em caso de acidente industrial da REDUC, como explicar que uma empresa esteja aterrando o lugar? Empresa e milicianos, portanto, atuam na compressão de um território visando seus lucros imediatos, buscando maximizar os ganhos em cima dos moradores e do meio ambiente. Moradores prejudicados pelo aterro da BRASRIO, por sua vez, encontram-se coibidos de se manifestarem contra o referido aterro, pois estariam prejudicando o negócio de loteamento dos milicianos. O mais interessante é que o Instituto Estadual de Ambiente – INEA reconhece o RGI

da BRASRIO, pois concedeu autorização de instalação. Por outro lado, a Prefeitura de Duque de Caxias é conivente com os milicianos que conseguem RGI para os lotes que vendem.

Um dos projetos do Museu Vivo era o de construir, nesta ampla área, formada por uma APP, que vem sendo invadida por milicianos, população pobre e empresa, um parque municipal. Estabeleceu diálogo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a fim de formalizar a ocupação desta terra da União por um projeto de proteção ambiental. Após várias conversas e diante da incapacidade do INCRA de demarcar as terras, o projeto foi abandonado. A tentativa de criar uma alternativa, social e ambiental, voltada para a cultura e história local, baseada numa economia solidária não foi capaz de se viabilizar diante do comprometimento dos órgãos do Estado.

Como no São Bento, em diferentes locais da Baixada, a reconfiguração da violência foi se processando. Em cada lugar, também há projetos que não compactuam, que se contrapõem aos projetos do crime organizado, sofrendo reações. Por outro lado, os novos modelos do crime reproduzem alianças e simetrias com os projetos de outros grupos, econômicos e políticos, na maximização de ganhos e impingindo aos mais pobres e ao meio ambiente, sofrimento e perdas. Claro que a parcela dos mais pobres também estão presentes no crime organizado, participando diretamente do funcionamento e dos ganhos. A diferença é que todos os pobres, indistintamente, constituem a massa de vitimados, os *matáveis* e culpáveis. Uma franja de reserva para os projetos de execução sumária que funciona como “câmbio flutuante” para os preços dos acordos entre traficantes, polícia e outras instituições; afetando também o preço das drogas e a tabela dos serviços urbanos monopolizados pelos grupos que operam a violência. O sangue dos mais pobres funciona como um alvejante social. O sangue negro, então, é o que lava mais branco. Ele dá à sociedade, encantada pelo marketing totalitário do *bandido bom é bandido morto*, a justificativa irrefutável de uma política de segurança calcada na execução sumária. Como a torrente que inundou Xerém, em janeiro de

2013, as imagens político-social-midiáticas formam uma enxurrada de crônicas de mortes anunciadas, banalizadas, não investigadas, arquivadas, prescritas, esquecidas, caladas e martirizadas na vida daqueles que tinham ligações com os mortos. O detalhe agora é que, com as redes sociais, as imagens dos corpos mutilados e esfacelados são expostas imediatamente, levando o terror e o sofrimento ao paroxismo de assemelharem-se a boatos, fofocas, coisas sem confirmação, certeza ou verdade. Ondas de medo, dúvida, preconceito, fofocas e da mais absoluta impotência varrem, em segundos, um número cada vez maior de pessoas. Assassinos vangloriam-se, policiais e traficantes ostentam as formas como matam uns aos outros, numa epidemia autofágica da humanidade que ainda sustentam.

Troque sua escola por uma UPP

Próximo ao São Bento, outro bairro de Duque de Caxias oferece-nos sua contribuição na atualização das formas da violência na Baixada. Olavo Bilac, conhecido pelos seus grupos de extermínio, tinha um projeto que não havia se calado ao medo. A Escola Estadual Guadalajara havia construído, desde final dos anos 1990, a banda Guadalaxé que, a partir de projetos culturais e sociais no bairro, chegou a ser premiada pela UNESCO e considerada uma das 10 melhores escolas públicas do país, em 2003. Alguns anos depois, a escola passou a ser palco das modificações que a violência acarreta em comunidades. Localizando-se ao lado e na parte baixa de uma das faces do complexo da Mangueirinha, um conjunto de morros habitado por comunidades pobres, a escola passou a ser incluída na estratégia de confrontos. A polícia inicia uma prática rotineira de se posicionar ao lado da escola e atirar nos traficantes localizados na parte superior do morro. A resposta dos traficantes, como não poderia deixar de ser, atingia a escola com tiros. Professores com síndrome do pânico passam a procurar outra escola para trabalhar. Alunos começaram a evadir. A escola passou a distribuir para alunos e servidores um

prospecto indicando o que fazer quando se iniciam os tiroteios: “identificar de onde vêm os tiros, jogar-se no chão e rastejar até os corredores”, na parte interna do prédio. No mesmo período, professores da escola iniciaram uma parceria com a ONG Care Brasil. Foi criada, dentro da escola, sob a responsabilidade dos professores a ONG Guadá Vida, que a partir do projeto *Comunidade Educadora* passou a estimular que jovens estudantes desenvolvessem ações no campo da preservação ambiental, reciclagem de materiais e ações culturais e histórias no campo da leitura e da memória voltadas para o bairro. O projeto também visava a geração de renda para as famílias de 19 escolas. Apesar do sofrimento de alunos, professores e comunidade, a escola Guadalajara construía projetos de resistência.

Foi neste momento que a política de confronto de policiais com traficantes modificou-se. A partir do deslocamento maciço de traficantes do Comando Vermelho⁶ para o complexo da Mangueirinha, no contexto da ocupação do Complexo do Alemão pela polícia, no final de 2010, as operações da polícia passaram a se intensificar, dentro da própria Mangueirinha. As trocas de tiros iniciada por policiais, que transformavam a Escola Guadalajara em escudo, dão lugar a incursões da polícia na comunidade favelizada, provocando a morte crescente de jovens. A chegada de traficantes equivale à intensificação de ganho pela polícia nas negociações com o tráfico. Amplia-se o leque de oportunidades. A mesma polícia que matava jovens envolvidos ou não no tráfico, vendia caminhões de armas para estes traficantes e cobrava dos comerciantes dos bairros próximos valores cada vez mais elevados para manter a segurança.

O projeto do crime organizado, consolidado pelos grupos de extermínio e agora reconfigurado a partir da reincorporação do complexo da Mangueirinha pelo tráfico/polícia, em consequência da política de ocupação do Complexo do Alemão, corresponde às transformações que a organização do crime e o uso

⁶ As facções do tráfico de drogas e suas siglas correspondentes são: Comando Vermelho – CV, Terceiro Comando Puro – TCP e Amigo dos Amigos – ADA.

da violência operam numa localidade ao longo do tempo. O projeto de professores e estudantes, a partir de uma escola pública, articulada com outras escolas, visando formação cultural e histórica, preservação ambiental, reciclagem de materiais e geração de renda indica a existência de uma contraposição, mesmo que pequena e pouco significativa, ao projeto em plena expansão dos grupos articulados ao crime e à violência.

Em 2013, porém, novos fatos vão modificar esta conjuntura. A ação da Secretaria Estadual de Educação, a partir da Agência Metropolitana V, orientada por uma política de restrição total de autonomia das ações de professores e estudantes das escolas públicas estaduais e estabelecimento de planos e metas a serem alcançados identificou a ONG Guadá Vida e seu projeto Comunidade Educadora como um mal a ser extirpado. Deste modo, troca a direção da Escola Guadalajara. O novo diretor, em ato contínuo, sem qualquer comunicado, lacra os espaços do projeto, onde funcionava uma biblioteca comunitária, as salas com materiais e o Bazar, onde roupas e outros produtos, doados por empresas, eram vendidos e geravam renda para as famílias. O novo projeto para a escola, porém, era mais amplo. Inicia-se um processo de fechamento da escola, sob a alegação da falta de segurança, que era criada pela estratégia de confronto através de agentes do próprio Estado, que agora fechava a escola. Rapidamente, dos 2 mil alunos restaram 800, sendo os demais distribuídos por outras escolas. Alguns destes alunos tiveram que retornar à Escola Guadalajara, simplesmente porque as escolas para onde haviam sido distribuídos localizavam-se em áreas controladas por facções criminosas inimigas da facção criminosa que controlava a área da Escola Guadalajara. Os professores envolvidos na Guadá Vida responderam a processo interno à Secretaria de Educação, como se fossem responsáveis por ações de lesão ao Estado e irregularidades administrativas. Neste mesmo momento, ações da Secretaria de Segurança do Estado inauguravam, na Mangueirinha, uma Companhia Independente do 15º Batalhão da Polícia Militar, com 180 homens, no que foi noticiado como uma Mini Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, na Baixada, algo celebrado por políticos locais e

governo do Estado como a grande resposta frente ao aumento da violência na região.

Assim, ao mesmo tempo em que se fechava uma escola premiada por 16 anos, tendo à frente professores e alunos, que criou e deu sustentação a projetos culturais, ambientais, históricos e econômicos, envolvendo diretamente pessoas e famílias daquela localidade e os professores responsáveis por estes projetos eram punidos institucionalmente, uma Mini UPP era inaugurada na mesma área. Para o Estado, grupos políticos, mídia de plantão e policiais militares a proposta era a implementação do modelo dominante de repressão-execução sumária-corrupção-pacificação. Simultaneamente, tolhiam qualquer iniciativa no campo educacional, de elaboração de uma resposta a este modelo de intervenção militarizada, criminosa, violenta e que tivesse como sentido a autonomia, a criatividade e o não alinhamento político. Hoje, a Mini UPP da Mangueirinha ocupa a mídia como exemplo de atuação policial, na redução dos índices de violência. Nenhuma palavra sobre o fechamento da Escola Guadalajara. O massacre midiático caminha lado a lado com a compressão que o modelo hegemônico dos grupos políticos-econômicos-criminosos realiza sobre a camada mais pobre. Políticas institucionais de segurança emplastam políticas institucionais de educação.

Chame o traficante

Não muito distante dali, em outra cidade da Baixada, outro modelo de reorganização do crime se apresenta. Na localidade da Bacia, nome facilmente compreendido quando ali chove, em Belford Roxo, a inspiração heroica volta-se para o lado do traficante, a partir da atuação ilegal do Estado. Falecido por enfarte, o corpo de um homem é vigiado por três dias pelos parentes e vizinhos. Eles tentavam impedir que o cadáver virasse refeição dos porcos presentes nas ruas da comunidade. Ao longo deste tempo, os pedidos para

que o bombeiro retirasse o corpo são respondidos de forma negativa, sob a alegação da insegurança do local, devido à violência do tráfico. Ao final da negociação, os bombeiros dão a sua última condição: o pagamento de 400 reais para retirarem o corpo. Ora, as pessoas que moram na Bacia estão ali, não porque gostam de chafurdar na lama, junto com os porcos, mas porque os que chafurdam na lama da corrupção e do crime jamais as auxiliaram com políticas habitacionais e urbanas decentes. Estas pessoas compõem a massa dos que vivem com até um salário mínimo por mês. Quando os bombeiros pedem, por um serviço que esta população já paga através de impostos aviltantes, um valor a mais que corresponde à metade da renda familiar mensal daquelas famílias, qual a resposta iriam receber? Divididos entre dar de comer aos porcos ou dar de comer aos filhos, a única resposta seria o não, se não fosse a pronta ajuda daqueles que se transformaram em heróis populares, os traficantes. Eles não só pagaram aos bombeiros como, semanalmente, pagam o moto-taxista que leva, da sua casa ao ponto de ônibus, três vezes por semana, a irmã deste senhor cujo corpo foi entregue aos porcos, para que faça suas seções de hemodiálise.

Entregues na bacia das almas, os moradores da Bacia vêm suas vidas disputadas pelas várias faces criminosas do Estado. Ameaçados por bombeiros corruptos, refugiam-se na compaixão de traficantes envolvidos numa guerra sem compaixão pelo controle de áreas, que vitima um número cada vez maior de jovens. Como não há tráfico sem polícia corrupta nem bombeiro corrupto sem traficante, ao menos neste caso da Bacia, assistiu-se ao heroísmo traficante como resultado de uma forma de sobre-expropriação dos mesmos pelo Estado, do qual agentes de segurança recebem uniforme e distintivo para achacarem. Convivendo com os porcos, moradores da Bacia ensejam os exemplos que as políticas públicas de segurança deixam. Bombeiros covardes e traficantes solidários se projetam na história de sobrevivência e dignidade, a despeito dos porcos.

O que a terra esconde os índices rejeitam

Na cidade de Duque de Caxias, a história foi outra, na noite de 26 de julho de 2014, aproveitando-se de uma festa, o CV iniciou sua guerra de invasão a Imbariê, Santa Lúcia e Parada Angélica em confronto direto com o TCP, que controlava a área até então. Neste conflito, evidenciou-se um padrão que já havia se espalhado por toda Baixada: uma alta vitimização sem divulgação pela mídia nem registro policial. No caso, informações que vinham das comunidades, onde os confrontos ocorriam, deram conta de mais de 20 pessoas mortas, em poucos dias. Para a polícia e jornais, não passaram de 7. Houve a denúncia, por parte da população, da existência de um cemitério clandestino na localidade. A polícia, no entanto, escavou à margem desta área, encontrando apenas dois corpos. A existência de cemitérios clandestinos na Baixada é antiga. A eles somam-se os rios, com destaque para o Sarapuí e Guandu, na prática de ocultamento de cadáveres. Nas obras do Arco Metropolitano, ossadas encontradas foram analisadas na esperança de serem achados arqueológicos de povos primitivos que ali habitaram. Algumas, contudo, não passaram de ossadas recentes⁷. Tão velho quanto esta prática é a ausência de investigação policial. Quando, quase um ano depois da matança de Imbariê, no dia 4 de julho de 2015, a Regional Periferia, da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, composta pelas Paróquias de Xerém, Santa Cruz, Imbariê e Campos Elíseos fez uma reunião com autoridades da área de segurança, assistiu-se ao já esperado. O major que representava o 15º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Duque de Caxias, veio, cheio de ufania, falar que havia alcançado pelo segundo mês consecutivo, as metas de redução de violência na cidade. Questionado sobre estes índices e metas, que não expressavam a realidade e significavam muito pouco frente ao padrão de violência vivido pela população, não faltaram respostas que associavam esta “sensação” de violência a uma questão cultural e subjetiva, sem base na realidade. Rebatidas estas afirmações, passou a acusar as pessoas que não

⁷ Malin, 2014.

faziam registros na polícia das ocorrências de ações violentas que sofriam, como estando trabalhando contra a polícia, isto é, a favor dos criminosos. O que se viu, portanto, foi a inversão discursiva, na qual a população refém da violência era transformada de vítima em ré, sob a acusação de cumplicidade. Isto explica porquê, neste mesmo encontro, o delegado da Polícia Civil veio acompanhado de um policial, como seu segurança, que portava um fuzil, isto num ambiente institucional da Igreja Católica, com leigos, padres e bispos. Imagine se fosse num ambiente popular e comunitário. Aliás, perdoem-me, me esqueci, nestes ambientes não há reuniões, mas sim operações.

Ainda nesta reunião do dia 4 de julho de 2015, um padre leu um documento feito a partir dos relatos de várias comunidades católicas. Ruas fechadas com troncos, blocos de cimento e valas escavadas por máquinas, assaltos às 5h da manhã em pontos de ônibus, assassinatos crescentes, corrupção policial através de suborno do tráfico, toque de recolher estabelecido por traficantes obrigando a população a se recolherem em suas casas, fechamento de escolas, conflitos generalizados entre traficantes e destes com a polícia, medo generalizado e problemas de saúde mental e psíquica foram alguns dos pontos mencionados. Na mesa, além do major e do delegado já mencionados, o presidente da Câmara de Vereadores da cidade, do Partido dos Trabalhadores, ao ser questionado sobre que projetos existiam na Câmara para atender os jovens ameaçados pela violência, simplesmente disse que muitos, mas não soube dizer o nome de nenhum. Pressionado por mulheres leigas, terminou assumindo a futura realização de uma audiência pública na Câmara de Vereadores sobre este tema. O Secretário de Segurança da cidade, tão ufanista quanto o major, tomou as dores das críticas à polícia, defendendo a instituição à qual pertencia. Polícia, executivo e legislativo aliavam-se, portanto, na autodefesa contra as críticas relativas à participação de cada um no quadro de violência crescente. O tema milícia foi apenas tangenciado, sem mais comentários. Até por que, falar sobre isto em uma reunião no Pilar, bairro vizinho ao São Bento, poderia aumentar em muito a tensão, ainda mais quando se sabia que um dos vereadores presentes tinha nela sua origem.

No caso da periferia de Duque de Caxias, a contraposição direta de membros das comunidades católica, de forma planejada e organizada, a partir de um evento, enfrentou a coalizão de representantes das estruturas do Estado que tentou jogar sobre a população, da qual aquelas pessoas eram uma ínfima parte, a responsabilidade sobre a violência crescente, além de se passarem por heróis cumpridores de metas. Confrontados, acirraram sua autoproteção. Quando um membro da comunidade de Parada Angélica disse que a população tinha medo da polícia, a mesa entoou em coro, a defesa das forças policiais. Com exceção dos bispos católicos, o confronto mesa/público do evento revela os limites deste diálogo. Por trás de cada fala das autoridades estatais, escorre um subtexto de falácias e mentiras, calcadas em números *cientificamente* entronizados, legalmente pontificados, politicamente impostos. Observar este encontro é o mesmo que testemunhar um não diálogo e um não encontro. Acusados de desqualificar os representantes dos órgãos legais de combate à violência, tachados de coniventes com o crime pela não realização do registro policial, intimidados com segurança portando fuzil de guerra os participantes deparam-se com as impossibilidades crescentes de se lidar com o problema. Impotentes, não desistem. Contra argumentam a partir do que vivem e sentem. Se não há o diálogo, se expõem na denúncia pública, na cobrança, no desabafo. Não são ingênuos. Sentem na carne a dureza da estrutura, tão antiga, tão eficiente, tão auto reprodutora.

Metodologia traficante e escola

Recordo-me de uma professora universitária, que me trouxe um problema e pediu-me ajuda. Por um descuido, uma professora terminou por fraturar o pé de uma aluna, dentro da sala. A mãe da estudante, inconformada com aquela situação, passou a tratar a professora de forma agressiva e ameaçadora, despejando carradas de impropérios e ameaças. A professora que falava

comigo havia encaminhado tudo no conhecido e trilhado caminho sindical, visando a proteção da professora. Precisava garantir a sua dignidade, o seu trabalho, frente à violência da mãe cuja filha sofrera violência, acidental é claro, e que não justificava os ataques. Tentei mostrar o universo daquela mulher. A violência cotidiana da comunidade pobre onde vivia. A violência dos homens e, provavelmente, do marido que ela devia sofrer. Dos poderes que a subjugavam na favela, o tráfico, a polícia, o político, a associação de moradores, etc. Propus uma mudança de olhar, o reconhecimento de que a violência da mãe nada mais era do que a reprodução do que ela vivia, de como o gesto acidental da professora feriu sua já sofrida vida e de como o despejar da violência dela sobre a professora era uma descarga previsível, compreensível, quase impossível de se impedir. Que o conflito era uma possibilidade de um mergulho no universo das mulheres mães dos alunos e alunas da escola. Das tentativas de diálogo que deveriam se abrir. Da ida ao encontro e do colocar-se no lugar daquela mãe. Enfim, a criação de uma face, de uma sensibilidade, de uma ponte, mesmo que pequena e rudimentar, que trouxesse luz e amparo, decompressão e distensão, suavidade e compartilhamento. Após a conversa, fiquei com a sensação de que por mais que minha interlocutora me entendesse, ela não se moveria para nada que não fosse a proteção de classe da professora, através do sindicato, por meio de ações políticas de proteção à dignidade violentada da mestra.

Não sou ingênuo. Sei o quanto é difícil. Não estou falando em simplesmente oferecer o rosto para a catarse agressiva daqueles que são agredidos e não tem a quem agredir. O que tento aqui é penetrar um pouco mais na densa fumaça que nos prende a todos num diálogo cínico de surdos, enquanto a violência campeia montada no cavalo da fatalidade, galopando milhares de mortes ocultadas nos índices oficiais do hipódromo nacional do extermínio. O eixo central do caminho alternativo que se propõe aqui está na capacidade de enxergar o mundo a partir dos vitimados/réus. Tenho chamado a isto de *metodologia traficante*, mas poderia ser também *metodologia aviãozinho*, *metodologia assaltante*, *metodologia mão de obra barata do crime*, etc.

Atravessar a história de cada uma destas pessoas na busca dos significados, compreensão, percepção do mundo. A magnitude, o poder, o volume de dinheiro, o status, a projeção, o domínio, o prazer, a ostentação, o reconhecimento das estruturas montadas sobre a violência, citadas aqui, nos remetem a dimensões muito mais profundas e sólidas, que atravessam lugares e tempos, se fortalecendo, ampliando parcerias, corrompendo, seduzindo, impondo-se e reproduzindo. A vida de milhares de jovens é afetada direta ou indiretamente por estas estruturas, de diferentes formas. O jovem de uma escola cujo irmão entrou para o tráfico vai tocar o terror. Vai se impor frente aos professores e diretor. Vai humilhar outros alunos, vai se insubordinar elevado pelo pedestal do poder do irmão. Normalmente o fim da história é sempre o mesmo, quase sempre o mais desejado pela escola: o irmão é assassinado e o próprio estudante vai substituí-lo, por ser do exército traficante de reserva. Mas enquanto ele foi aluno, irmão de um traficante, ele pode, pela primeira vez, ser ouvido e ter sua opinião considerada. O que tinha sido uma vida de insignificância, desatenção, submissão, desconhecimento, humilhação, punição, medo de ser eliminado da única possibilidade de acessar ao mercado de trabalho e de consumo que lhe apresentaram havia se transformado por completo. Diante de um poder autoritário de diretor e professores, profissionais invisibilizadores de pobres em degradados ambientes de educação, ele havia encontrado outro poder, mais autoritário e violento que o fez mais forte, ouvido, impositivo, reverenciado por todos. Só um poder autoritário e violento se contrapõe a outro poder autoritário e violento. O quanto a escola segue inexoravelmente seu rumo em direção a uma sociedade cada vez mais sedenta por poder autoritário, ilegítimo, não dialogal, desprezador dos sem poder? Na família o traficante se depara com o poder do patriarcado. Agride e pode até matar o pai para exercer seu direito a este poder. No bairro, coloca sua boca de fumo na praça. Antes, o vereador e o prefeito a controlavam. Punham e não cuidavam de bancos, jardins e brinquedos. Asfaltavam, mudavam o nome dela, faziam palanque. Agora a boca domina o espaço silenciado do poder imposto pelo voto comprado, suborno negociado, fraude e estelionato. Agora consumidores de drogas dispõem de um espaço de acesso direto ao prazer

que só a droga trás, em meio à desolação geral dos incluídos/excluídos do baile do mercado. No hospital, médicos decidem sobre a vida de doentes e feridos, na sorte de exames com filas de espera de quatro meses, falta de remédios e condições inadequadas de serviço, promotoras, frequentemente, das infecções que vitimam quem os procuram. O soldado do tráfico agora entra no hospital, impõe-se frente a diretores e médicos, obriga atendimento, sequestra enfermeiros, resgata pacientes. Escola, família, praça e hospital são exemplos de dimensões sociais institucionalizadas nas quais o autoritarismo e o poder subjogador de políticas públicas se materializam em padrões violentos, imunes ao diálogo, à participação e a condições adequadas de funcionamento e existência. O olhar traficante, que trafica para dentro de cada espaço destes a sua dimensão de poder e violência, nada mais faz do que revelar as raízes nas quais se ergue os edifícios de uma sociedade desigual, injusta e autoritária. Aprendida a lição, nada mais resta do que expressar sua violência, mais forte e letal, para seguir no mesmo diapasão societário, o único código respeitado e eficiente, o medo à violência.

Uma amiga chegou como professora numa escola pública. Na sala, crianças que o Conselho Tutelar impunha à escola como alunos. Não lhe avisaram que o padrão era, a qualquer sinal de desordem destes alunos, deviam ser expulsos da sala. Nos primeiros contatos, um só faltava ficar nu, com as mãos dentro das calças. Chegou a levá-los para uma outra sala, da pré-escola, para passar um filme. Depredaram a sala. Aconselhada por uma amiga professora, tentou uma atividade na qual o diálogo entre ela e aqueles alunos existisse. Pediu para que desenhassem numa cartolina algo que representasse a si mesmos. No meio daquele exercício, uma menina desenhava um imenso barco. Quando perguntou o que era, a resposta foi rápida: era o Titanic. Dito e feito, uma semana depois a menina foi assassinada. Como o navio, ela afundou. Nossa superficialidade, próprio do medo e distanciamento que construímos para lidar com as questões da violência, nos afastam, cegam e dessensibilizam quanto ao que de fato está ocorrendo. Alunos se aproveitam deste desconhecimento para se impor, amedrontar e obter benefícios.

Professores entram em síndromes do pânico e desaparecem. A escola termina dentro do círculo do ódio, alimentando-o. Nesta mesma escola, todos entram em pânico, com o início de um tiroteio, próximo ao prédio. O tiroteio se aproxima mais. Interrompe por alguns segundos, volta a intensificar-se, se afasta e finalmente termina. Primeira notícia, quatro jovens foram confrontados pela polícia, quando roubavam um carro. Eles pararam em um bar em frente à escola e fizeram um refém. O refém acabou morto, a polícia prosseguiu no confronto e eles foram para a favela, atrás da escola. Finalmente os quatro jovens foram mortos. Euforia! A escola em festa, nas salas e nos corredores. Afinal, quatro a menos. Esta foi a primeira notícia que receberam. Qual foi a segunda? Óbvio, um dos mortos era um aluno. Moral da história, a escola comemorava a morte de um dos seus.

Conclusão

Os vários relatos aqui apresentados nos falam de transformações significativas das formas de violência, numa associação cada vez mais complexa, intensa e dinâmica entre diferentes grupos organizados, o Estado, o capital e a população. Respostas de outros grupos organizados, movimentos sociais, instituições, agentes do Estado, parcelas do capital e população também se apresentam, numa contraposição de projetos que tentam limitar, restringir e se opor ao modelo calcado na violência. Embora com um escopo, poder e leque de atuação menor, estes grupos revelam-se importantes, em meio à aridez que o tema carrega. Alguns relatos não mencionam estes movimentos contrapostos e de resposta à violência. Expressam mais a ignorância minha, quanto às informações das localidades e de seus grupos, do que a realidade. Ela é mais rica, plástica e dinâmica do que se imagina. Ela carrega em si as contradições que sustentam a violência, mas também que a recusam. Nesta tensão moram as alternativas, os imponderáveis da imprevisibilidade humana, que caminha em cada esquina formulando saídas e respostas, alimentando esperanças,

ilusões e desiludidas ações, alianças e sonhos. Não tenho a pretensão de dominar todos os detalhes, apenas de vislumbrá-los e alimentar os que os seguem com seus passos, em vielas, atalhos de desejos e inconformidades. Não se está propondo a *defesa de vagabundo*, de *criminosos hediondos*, o que se está propondo é a radicalidade da percepção do lugar que estas pessoas ocupam numa história e num cenário sem saída, nos quais a morte violenta, principalmente a execução é cada vez mais defendida, enquanto as verdadeiras estruturas de poder, dominação, corrompimento, corrupção, maximização de ganhos econômicos, multiplicação de votos, desvio de verbas e degradação de políticas públicas simplesmente permanecem intocadas, protegidas sob a imensa cortina de fumaça do mantra: *bandido bom é bandido morto*, entoado sem interrupção, dentro ou fora da escola. Ações voltadas para a educação de agentes do sistema judiciário, com destaque para o policial, na qual os direitos humanos são ensinados na tentativa de se superar a barbárie dos milhares de assassinatos cometidos por estes agentes não parecem ser suficiente, pois os homicídios só crescem, revelando a impossibilidade da reversão. O que se propõe é o mergulho da educação e do educador no universo daqueles que encontram na violência o caminho possível de sua apresentação no mundo e também de sua saída dele. Estruturas mais fortes e articuladas de violência subjagam estruturas mais fracas e desarticulas. Dar rosto, corpo, expressão e fala para jovens pobres, em espaços educacionais, alimentando e fortalecendo contraposições, críticas, descentralização de poder e de decisões, acesso ao prazer, à criatividade, formulando linguagens outras, capazes de transpor o muro surdo e invisível do medo e da indiferença, que isola cada um no seu quadrado enquanto as mais amplas estruturas de poder subsistem intocáveis é o desafio primeiro. Este jovem pobre, não afeito ao trato com a instituição pode ser a motivação de várias ações. Estas ações se esparramam pela arte, diálogo, encontro, respeito, mudança de lugar, compaixão, se pôr no lugar do outro. Uma percepção de que nossa repetitiva falha, por nós normatizada como padrão correto, geradora de tanto sofrimento, traz consigo a nossa proteção e defesa, nossa desnecessidade de mudança, nossa culpabilização permanente do outro, nosso empacamento na trincheira

da repetição que ao longo dos anos, gerou mais e mais violência. Não se está, mais uma vez, jogando nas costas da escola ou da educação uma responsabilidade que não é sua, tornando-a a panaceia para todos os males sociais. O que se propõe aqui é a construção de uma saída, para além das ilusões simplistas sobre o tema da violência, onde professores, profissionais da educação, alunos, pais e comunidade reformulem seu caminho de lidar com o problema e rompam as muralhas da resposta político-midiática totalitária que empurra a todos para o fosso autofágico da execução sumária, do medo e do isolamento.

Bibliografia

ALVES, J.C.S. *Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense*. APPH-Clio, Duque de Caxias. 2003.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

GRYNSZPAN, Mário. Os Idiomas da Patronagem: Um Estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N^o 14. Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, outubro de 1990. p. 73-90.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio, Sociabilidade Violenta, in: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MALIN, Mauro. Mortandade em Imbariê, Caxias. *Observatório da Imprensa*. 1/8/2014. Localizado em: http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/mortandade_em_imbarie_caxias/. Acessado em: 18/08/2015.

Recebido em: 14/12/2015

Aprovado em: 12/01/2016